

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Maceió-AL, 10/03/2010

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	7
2. Objetivos e metas institucionais	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	11
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	11
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.	14
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	17
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	211
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	255
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	255
Principais Ações do Programa.....	26
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária	266
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	30
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	355
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	388
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	41
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	43
Principais Ações do Programa.....	44
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	444
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento ...	466
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	499
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	52
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	54
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	555
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas ..	577
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	60

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	62
Principais Ações do Programa.....	63
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	63
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	67
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	688
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	70
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	71
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas ...	72
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	73
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	75
Principais Ações do Programa.....	76
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	766
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo	799
Principais Ações do Programa.....	809
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	80
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	82
Principais Ações do Programa.....	82
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	83
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	866
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	877
Principais Ações do Programa.....	887
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	888
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	899
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	91
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	93
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	95
Principais Ações do Programa.....	96
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	966
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	999

2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	101
	Principais Ações do Programa.....	101
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	102
2.3.9.2	Ação 2003 - Ações de Informática	1055
2.4	Desempenho Operacional.....	1077
2.4.1.	Programação Orçamentária.....	1077
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias (UO).....	1077
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes	1077
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	1077
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência ...	1077
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	1088
2.4.2	Execução Orçamentária	1099
	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	1099
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação.....	1099
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	110
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	111
2.4.3.	Evolução de Gastos Gerais	1122
2.4.5.	Indicadores de Desempenho	11313
3.	Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	1144
3.1	Composição dos Recursos Humanos.....	1144
3.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos	1144
3.1.2	Composição e custos de Recursos Humanos	1155
3.2	Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	1177
3.3	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	1188
3.4	Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	1199
4.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	120
5.	Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	12121
6.	Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	122
7.	Previdência Complementar Patrocinada	12424
8.	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	125
9.	Renúncias tributárias	1266
10.	Operações de fundos	1277
11	A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno.....	1288

11B. Determinações e recomendações do TCU.....	1299
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	130
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	13131
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	132
15. Informações Contábeis da Gestão	1355
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	1366

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: Incra			
Código SIORG: 4144	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37.30.51	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(082) 3201-1950	(082) 3201-1952	(082) 3201-1951
Endereço eletrônico: gilberto.freire@mco.incra.gov.br, estevao.oliveira@mco.incra.gov.br, ascom.maceio@mco.incra.gov.br.			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua do Imperador, nº 105, Centro. Maceió-AL. CEP: 57020-030.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-lei nº 1.100, de 09 de julho de 1970: cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37.201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
37.30.51	37.201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de promover e executar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

A Reforma Agrária constitui, por meio do assentamento de trabalhadores rurais, ferramenta essencial para a mudança do modelo de desenvolvimento do País, na medida em que contribui para a alteração da estrutura fundiária e para a democratização do acesso à terra. Trata-se de um instrumento de desenvolvimento sustentável do País.

Ela deve ser implementada de forma participativa, envolvendo todos os atores sociais na sua elaboração, gestão e avaliação, devendo assegurar o cumprimento da função social da propriedade da terra, a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais e o cumprimento dos direitos trabalhistas.

O Ordenamento da Estrutura Fundiária visa possibilitar o conhecimento da efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, assegurando a devida gestão fundiária nas terras públicas.

O Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais, entre elas, a Superintendência Regional de Alagoas (SR-22) que atende a 12.292 famílias assentadas, vinculadas a 156 projetos de assentamento (dados extraídos do SIPRA, atualizados até dez/2009).

Alagoas é um dos estados da federação com maior índice de desigualdade social e concentração de renda, onde aproximadamente 47% da população ocupada auferem renda de até um salário mínimo (IBGE, PNAD, 2003) e grande parte encontra-se em atividades informais, com longas jornadas, submetidos a condições precárias de trabalho. Diante desse quadro, a política de reforma agrária assume uma importância relevante no contexto sócio-político do estado, considerando o volume de recursos

jogados na economia local por meio de transferência direta de renda (linha de crédito), investimentos diretos e indiretos (aquisição de terras por desapropriação, obras de infraestrutura, educação de jovens e adultos, assistência técnica etc).

Através de programas institucionais definidos na Lei Orçamentária Anual, são ofertados serviços de assistência técnica a trabalhadores rurais, liberação de linhas de crédito para construção de casas e cultivo de lavouras, recuperação de áreas degradadas com projetos de agroflorestação, liberação de cestas básicas e lonas a famílias acampadas, implantação de projetos de agroindustrialização, educação de jovens e adultos no campo, tudo isso, na perspectiva de se construir um modelo de desenvolvimento rural nesses espaços e diminuir as desigualdades sociais.

Em suma, o INCRA, através da política de reforma, se propõe a criar instrumentos que possibilitem: a desconcentração e democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e à miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campo-cidade.

Dentre os principais programas e ações de governo que lhe cabe executar, vale destacar os seguintes programas:

1. Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais: assentar famílias de trabalhadores rurais em atendimento ao modelo de desenvolvimento do meio rural e a inclusão social.
2. Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento – Garantir infraestrutura e serviços para as famílias assentadas nos projetos de assentamento;
3. Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Ordenar e fiscalizar a estrutura fundiária, permitindo verificar a ocupação do território e priorizando a função social do uso da terra;
4. Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário – Ações voltadas para capacitação dos servidores públicos federais envolvidos na reforma agrária;
5. Brasil Quilombola – Reconhecer e assegurar titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos;

6. Administração da Unidade – Promover a superintendência dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos;
7. Educação no Campo – Promover a inclusão social por meio da democratização do acesso à educação formal, respeitando a diversidade cultura, étnica, social e política nas áreas de Reforma Agrária;
8. Paz no Campo – Prover as necessidades básicas das famílias acampadas até o assentamento definitivo, acrescido dos serviços de assistência jurídica, social e técnica.

Na contramão dessa importante tarefa, a Superintendência Regional do Incra em Alagoas depara-se com restrições físicas relacionadas, sobretudo, ao número insuficiente de pessoal para fiscalização, de carros para atender às demandas internas e de equipamentos para desenvolvimento de algumas atividades finalísticas. Apesar da precariedade da infra-estrutura do prédio e das restrições já citadas, esta Superintendência conseguiu cumprir suas principais metas, atendendo, parcialmente, a comunidade assistida, como pode ser visto ao longo deste Relatório.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária na SR-22 tem como atribuições institucionais o gerenciamento e fiscalização do cadastro rural, a certificação de imóveis rurais, sustentados pelo programa 0138 (Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas), como também a regularização de territórios remanescentes de quilombolas, para cumprir as metas do programa 1336 (Brasil Quilombola). Nas demais ações do Programa 0138 não existem metas para esta SR-22.

Paralelamente, por Ordem de Serviço, a Divisão está incumbida de gerir a demarcação topográfica dos Assentamentos, que é sustentada pelo programa 0137 (Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária).

No exercício de 2009, a ação 2105 (Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural) foi executada por 05 servidores, sendo uma gestora, três analisando processos de atualização cadastral de imóveis rurais e um quinto além de analisar processos de atualização cadastral, ficou como responsável pela implantação ou revitalização de Unidades Municipais de Cadastro (UMC), em cooperação técnica com as prefeituras municipais.

A implantação dessas UMC's é a estratégia que normalmente se usa para se interiorizar as ações da Instituição dando mais proximidade entre o Serviço de Cadastro do INCRA e o público usuário desse serviço. Especificamente nesse exercício, se desprende bastante esforço para criar essas parcerias com as prefeituras. Infelizmente, boa parte das prefeituras contatadas não foi sensível a esta demanda, gerando um custo-benefício alto. Onde foi possível implantar a UMC, os servidores municipais receberam treinamento e assistência pós-treinamento.

Onde foi implantado esse serviço, notou-se mais celeridade nos processos e comodidade dos usuários, fazendo-se sentir a presença do Estado, em benefício principalmente do pequeno produtor.

Ainda na ação 2105, a fiscalização de aquisição de terras por estrangeiros ficou a desejar, por falta de treinamento da servidora responsável por essa atividade. O mesmo se aplica à fiscalização cadastral. Apesar dos processos de fiscalização cadastral em aberto estarem parados por falta de documentação por parte dos proprietários, não temos pessoal treinado para exercer essa atividade. A Instituição deveria como estratégia, capacitar seus servidores para funções específicas. Urge uma formação básica para novos servidores, para que esses cumpram com eficiência suas tarefas sem ser pelo método de “tentativas e erros”.

Para executar a ação 2105, vale ressaltar que tivemos bastante intercorrências de servidores que tiraram licença médica, o que deixou ao final do ano algum passivo de Declarações de Proprietários por analisar. Tivemos e temos problemas com as condições de instalações adequadas para o trabalho. Frequentemente acontece queda de energia, fruto de uma rede elétrica inadequada para a atual demanda de energia. A rede logística é improvisada.

No programa 0138 apenas alguns processos de certificação ficaram pendentes, em função de correções a serem feitas pelos proprietários dos imóveis. No mais, não tivemos metas nem ações.

Uma ação bastante eficaz do serviço de Cartografia foi a fiscalização da demarcação topográfica em projetos de assentamento. Anteriormente, a SR-22 celebrava convênios com o governo do estado, entidades de assistência técnica ou assemelhadas. Por motivos os mais diversos, foram criados bastantes problemas e a gestão atual preferiu partir para licitação na forma de pregão eletrônico. Salvo um caso específico de uma contratada que rescindiu unilateralmente os contratos celebrados em dezembro de 2008, pode-se afirmar que a idéia do pregão trouxe economia para o Estado Brasileiro e, apesar de alguns percalços, maior celeridade na execução.

Para a PO2010, com a maior experiência adquirida procurar-se-á qualificar antecipadamente as empresas nos processos de licitação no intuito de se evitar que ganhe empresas com pouca vivência com trabalhos de demarcação topográfica. A empresa que ganhou o certame da PO2009 desempenhou bem suas funções, entregando os trabalhos dentro do prazo e os atrasos decorreram por problemas alheios a vontade da contratada. Foram fruto de correções de imprecisões, quando da demarcação dos limites dos imóveis quando da vistoria dos imóveis.

O serviço de regularização de territórios de remanescentes de quilombolas agiu com presteza logo depois de decretado o único território no âmbito da SR-22. Foram feitas avaliações dos imóveis inseridos no território.

Até o final do exercício, não existia uma normatização para instrução dos processos de avaliação e conseqüente desapropriação dos mesmos. Dúvidas surgiram a respeito de desapropriação parcial de imóveis. Falta uma nota técnica conjunta DT-DF, que instrua como proceder corretamente a desapropriação dos imóveis que estão dentro dos territórios de remanescentes de quilombolas. A própria decretação do Território demorou bastante na alta administração do Governo Central.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária carece de apoio administrativo. Existe apenas uma estagiária em meio expediente para organizar administrativamente a Divisão. O Serviço de Cartografia necessita urgentemente de renovar seu instrumental técnico de campo, mormente aparelhos GPS. Apesar de gestões nesse sentido em 2009, não houve aquisições de instrumentos essenciais ao trabalho. Para a execução da demanda de trabalho em 2010, no Serviço de regularização de Territórios Quilombolas, não existe Antropólogo para execução do RTID.

De modo geral, não faltaram recursos para diárias, nem combustível para execução dos trabalhos de campo, em todos os programas.

Em geral, o planejamento de viagens não ocorreu dentro dos prazos preconizados pelo Sistema de Diárias. Alguns fatores podem ser listados. A fiscalização da demarcação topográfica dos assentamentos é bastante dinâmica e os percalços durante a execução dos trabalhos em campo exigiram constantes mudanças de planos de viagens a campo. Em algumas semanas, outras divisões necessitaram concomitantemente de viaturas, dificultando assim o planejamento das viagens da Divisão de Ordenamento.

Como foi explicitado anteriormente, através de ordem de Serviço, essa ação 8398 (Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento) foi gerida pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Coube à Divisão de Desenvolvimento indicar quais os assentamentos que seriam demarcados, ficando a Divisão Fundiária responsável pela construção do projeto básico e a confecção do edital do pregão.

Ao correr do ano foram fiscalizados os contratos números CRT-AL 9.000/2008,

CRT-AL 17.000/2008, CRT-AL 11.000/2008, CRT-AL 8.000/2008, oriundos do exercício de 2008, além do contrato CRT-AL 6.000/2009.

Do exercício de 2008, uma das empresas (GERPRO) rescindiu unilateralmente os contratos CTR-AL 9.000/2008, CRT-AL 17.000/2008 e CRT-AL 11.000/08, prejudicando o alcance de metas. Recebeu as penalidades cabíveis. A empresa responsável pelo contrato CRT-AL 8.000/2008 está bastante claudicante e terminou o exercício em atraso também tendo recebido as sanções cabíveis. Já a empresa responsável pela demarcação dos Projetos de Assentamento do complexo Agrisa-Peixe desenvolveu bem os trabalhos, só que os percalços ficaram por conta de contestações de limites de alguns assentamentos, por parte de proprietários de imóveis vizinhos.

Para 2010, ficou claro para os profissionais do Serviço de Cartografia, a necessidade de, para os próximos pregões, pré-qualificar as empresas, para exigir além do menor preço, qualificação técnica mínima, no intuito de evitar firmas de pouca experiência em demarcação topográfica. Esse fato ficou evidenciado nos pregões efetuados no final de 2008, e com execução contratual em 2009. As empresas ganhadoras do certame mostraram pouca experiência em demarcação topográfica, apesar de apresentarem toda documentação técnica que as qualificassem. Um refinamento nessa exigência se faz mister. Bom sinal é que a empresa ganhadora do Certame do exercício de 2010 (contrato CRT-AL 6.000/2009) teve bom desempenho e o atraso do cronograma inicial a isenta de culpas.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

O INCRA continua com um papel fundamental na sociedade brasileira, especialmente num Estado como o de Alagoas, onde a concentração fundiária tem um alto índice e a monocultura ainda é uma das principais atividades.

O Programa Nacional de Reforma Agrária atua como forma de inserção social, desconcentração de riquezas e distribuição de renda, atendendo cada vez mais um número maior de famílias que vêm na agricultura uma alternativa para mudar os rumos da própria vida, trazendo melhores condições de sobrevivência e proporcionando a

dignidade da pessoa humana que é tão difundida e defendida por nossa Constituição Federal como direito fundamental dos cidadãos.

O planejamento da estratégia de atuação da Divisão de Obtenção de Terras para promover o Programa de Reforma Agrária em Alagoas tem por base a análise da concentração fundiária do Estado, a demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de Reforma Agrária, como o número de áreas vistoriadas, a quantidade de acampados, a localização dos acampamentos, o número de famílias assentadas, a localização dos assentamentos, a localização das vistorias bem sucedidas, os limites orçamentários, os custos do hectare, o custo por família, as áreas prioritárias, entre outras informações.

Visando dar celeridade aos processos de obtenção de terras, a Divisão de Obtenção de Terras, em entendimento com a Superintendência, resolveu dar prioridade aos processos de obtenção que já estavam abertos e iniciados, uma vez considerando que a demanda por novas vistorias tem uma crescente diária de solicitações por parte dos movimentos e isso, muitas vezes, trazia a ineficácia das ações. Afinal, apesar de realizar inúmeras ações de campo, poucas se transformavam de fato em ações finalizadas que possibilitavam a criação de assentamento, o que implicava diretamente no não cumprimento das metas estabelecidas.

Desta forma, procuramos finalizar o maior número de processos já abertos possíveis. Não deixamos de receber as reivindicações de novas áreas, entretanto colocamo-nas em situação de espera momentânea, pois à medida que os processos antigos vão sendo finalizados os novos vão sendo abertos e as novas vistorias são realizadas.

Outro foco da estratégia é tentar solucionar todas as áreas consideradas emblemáticas. Essas áreas são circundadas de tensão social e iminentes conflitos. A solução delas traz uma segurança para os movimentos e uma relativa tranquilidade para que o INCRA possa exercer suas ações.

Para tentar uma saída pacífica, rápida e satisfatória para estas áreas emblemáticas, a Divisão de Obtenção tenta dar celeridade aos processos de obtenção dessas áreas, entretanto nem sempre é possível, pois a maior parte delas não é passível de desapropriação, por motivos diversos (área abaixo do módulo, impedimento judicial para vistoria, entre outros). Nos casos onde a desapropriação não é possível, a Regional

tenta encontrar áreas alternativas, quer por desapropriação (lei 8.629), quer por compra e venda (decreto 433/92).

Por conseqüência, a atuação da Regional na compra de imóveis tem crescido, uma vez que os próprios proprietários tem tido a iniciativa de ofertar imóveis para aquisição, especialmente nas regiões onde a oferta de imóveis para a desapropriação (especialmente por conta da desatualização dos índices de produtividade) é escassa ou quase inexistente.

Essa estratégia de atuação tem surtido efeitos positivos, como por exemplo a diminuição da tensão por novas vistorias, pois apesar das novas demandas continuarem surgindo, já existe a compreensão dos movimentos sociais de que é mais eficaz iniciar e concluir um processo do que fazer apenas vistorias de forma desordenada, onde os resultados finais fadidamente não aparecem.

Além disso, as buscas por áreas alternativas também trazem resultados positivos, uma vez que o INCRA consegue atender as chamadas “demandas históricas”, conseguindo inclusive realizar um movimento migratório, ainda pequeno, porém notável, dos acampamentos de áreas saturadas para áreas com maiores possibilidades de implantação de Projetos de Assentamento.

A Divisão de Obtenção tem optado por fazer um gerenciamento coletivo das ações, onde ouvimos as considerações feitas pelos movimentos, pelo gestor da Superintendência e inclusive por seus próprios técnicos. Apenas depois deste ciclo, a chefia (titular e substituto) tomam as decisões sobre as realizações das ações.

Por conta da própria cultura de reivindicação desordenada dos movimentos e da atuação pontual do INCRA que agia para “apagar os focos de incêndio”, sempre tivemos dificuldade para implantar um plano escrito de forma de atuação e áreas prioritárias. Entretanto, as ações elencadas acima proporcionaram a possibilidade de mudança e para o exercício de 2010 a Divisão de Obtenção já programou um encontro de planejamento (realizado entre os dias 03 a 05 de março), onde um dos principais resultados esperados é a apresentação e aprovação de um diagnóstico fundiário, onde estará registrado os principais dados da obtenção e as estratégias de atuação, bem como as áreas prioritárias, sanando assim a dificuldade apresentada.

O encontro também pretende discutir o planejamento prático das ações da Divisão para o ano, inclusive no que diz respeito a continuação do controle financeiro

dos gastos com as ações. Serão discutidas em conjunto propostas para tornar ainda mais eficazes as ações da Divisão e sempre ao menor custo possível, tentando ajustar todas as pendências.

Um exemplo dessa iniciativa é a exceção de proposta de diárias em fins de semana, reduzindo-as apenas às ações estritamente necessárias, como por exemplo, é o caso do cadastro de famílias na Reserva Extrativista de Jequiá da Praia, onde a maior parte dos beneficiários são pescadores e passam a semana no mar, estando em casa apenas nos finais de semana.

Todas as iniciativas visam continuar avançando com a Reforma Agrária no Estado e cada vez com mais qualidade e eficiência nos gastos e resultados das ações.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Conforme preceitua o art. 117 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria N° 20, de 08 de abril de 2009, à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

“I – De Infra-estrutura:

a) acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia;

b) promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES;

c) proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária;

d) analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos;

e) nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos:

1. elaborar os projetos básicos;

2. analisar e emitir pareceres técnicos;

3. acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços;

4. promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais;

5. acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; e

6. acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

f) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

II – De Desenvolvimento de Projetos:

a) selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos;

b) implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento;

c) executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos;

- d) analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência;*
- e) promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização;*
- f) promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização;*
- g) definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio;*
- h) realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas;*
- i) emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária;*
- j) autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização;*
- k) promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e*
- l) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências;*

III – De Educação e Cidadania:

- a) promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA;*
- b) divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional;*

- c) analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania;*
- d) apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais;*
- e) mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania;*
- f) apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária;*
- g) articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária;*
- h) promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária;*
- i) promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; e*
- j) articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e*
- k) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.”*

A Divisão de Desenvolvimento desenvolveu sua estratégia de atuação no ano de 2009, sob o parâmetro de “qualificação dos Projetos de Assentamento”. Como no exercício anterior (2008) havíamos priorizado o empenho de recursos disponíveis, entretanto não havíamos realizado a execução finalística em virtude da inexistência de Licenciamento Ambiental para os projetos de assentamento, no exercício de 2009, com a liberação da quase totalidade de licenças de todos os PA’s, concentramos nossas ações em executar esses recursos já empenhados, além de conseguir assegurar o empenho de novos recursos para as áreas que não haviam sido atendidas antes.

Desta forma poderemos constatar uma ótima execução orçamentária no que diz respeito aos créditos. Por entendermos que a vida sustentável dos assentamentos depende precipuamente de prestação continuada de assistência técnica, essa atividade, ATEs, foi outra prioridade do ano de 2009.

Além de qualificar e capacitar os trabalhadores, é muito importante garantir ações estruturantes para os projetos de assentamento, com a dificuldade vivida no exercício de 2008, em 2009 tentamos acelerar os processos de licitação de obras para garantir o empenho e a execução de recursos e dessa forma minimizar as carências nos assentamentos, assim sendo, a infraestrutura foi outra ação priorizada no exercício, é válido salientar que parte da dificuldade ainda persiste, pois nesta Regional, não dispomos de engenheiro civil e arquiteto, pois os contratados nos últimos concursos já não pertencem aos quadros desta autarquia, o que influencia na elaboração dos projetos, de editais e principalmente na fiscalização das obras.

Para 2010, a Divisão de Desenvolvimento pretende aprimorar mais os aspectos de fiscalização de obras e aplicação de recursos de crédito, e manteremos o foco em tentar garantir uma boa execução orçamentária nos aspectos quantitativos e qualitativos.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Conforme preceitua o art. 114 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria Nº 20, de 08 de abril de 2009, à Divisão de Administração compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

“I - De Desenvolvimento Humano:

a) coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal;

- b) manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão;*
- c) instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais;*
- d) expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais;*
- e) efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação;*
- f) acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais;*
- g) executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e*
- h) outras atividades compatíveis com suas atribuições.*

II – De Contabilidade:

- a) executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União;*
- b) orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis;*
- c) elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo;*
- d) examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos;*

- e) controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens;*
- f) instaurar processos de Tomada de Contas Especial;*
- g) promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI dos órgãos inadimplentes;*
- h) controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e*
- i) outras atividades compatíveis com suas atribuições.*

III - De Administração e Serviços Gerais:

- a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;*
- b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;*
- c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;*
- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;*
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;*
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;*
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;*
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;*
- i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e*
- j) outras atividades compatíveis com suas atribuições.”*

A Divisão de Administração atuou no sentido de garantir a manutenção do bom funcionamento da sede administrativa para que as ações finalísticas pudessem ser executadas de forma satisfatória, visando sempre corrigir quaisquer distorções para assegurar a melhor execução de atividades sempre com o menor custo possível.]

Vale salientar, que os recursos ainda foram considerados insuficientes diante da demanda apresentada. Outara grande dificuldade é a inexistência de uma sede única para a Regional, pois ainda hoje a SR-22 funciona em dois prédios distintos, o que implica n aumento de alguns custos administrativos, além de implicar diretamente na dificultadde de execução de algumas atividades.

Desta forma, tornou-se uma ação prioritária para 2010 a elaboração de um projeto que apresente uma alternativa para realocamento da sede do INCRA em Alagoas.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Katiucia Mendes Santos.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Implantação

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família assentada (und)	1970	1972	0	1,001015228

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
78.900	100.473	97.012	97	89.078	89	89.078	89

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

A Superintendência conseguiu atingir o cumprimento da meta de assentamento de famílias que era de 1970 famílias, assentando em 2009, 1972 famílias. Para isso, tentamos otimizar o uso dos recursos humanos, financeiros e materiais.

Assim, fizemos uso das mais diversas opções de assentamento de famílias como: a inclusão de beneficiários em vagas já existentes, a regularização de lotes ocupados irregularmente e assentamento de família em Projetos novos. Para este último a nossa expectativa não foi atingida, pois algumas licenças ambientais não foram emitidas em tempo hábil e algumas imissões na posse (desapropriação) e transcrições de imóveis (compra e venda Dc. 433/92) não aconteceram até o dia 31 de dezembro.

Entretanto, verifica-se um gasto maior do que o inicialmente programado para a ação. Acreditamos que tal situação deve-se principalmente pela não disponibilidade de recursos específicos para as ações da NE70 (Norma de Execução 70), que se refere à resolução das situações de irregularidades na elegibilidade de algumas famílias das relações de beneficiários.

Os recursos utilizados para atender às atividades de notificação e diligência referentes à NE70 foram pagos dentro do programa de cadastro e seleção de famílias, o que implicou na utilização de 22,95% a mais do que o recurso previsto inicialmente.

A meta de assentamento de famílias foi atendida e ainda conseguimos perceber resultados que serão atingidos a longo prazo, pois conseguimos cadastrar um número maior de famílias, especialmente em áreas que tinham a expectativa de serem criadas em 2009 e não foram por diversos motivos como: não emissão da licença ambiental em tempo hábil, não imissão na posse até o dia 31/12/2009 e não transcrição de imóveis obtidos por compra e venda em tempo hábil. Isso já refletirá positivamente nas ações do exercício de 2010, pois já no primeiro semestre será possível o assentamento de novas famílias, onde os esforços e recursos foram implantados em 2009.

Conseguimos ampliar ações de cadastro de famílias ampliando as equipes de campo e isso refletiu diretamente na execução e cumprimento da meta.

Contudo, pudemos identificar um ponto negativo, pois apesar de concentrarmos esforços em cumprir as metas de assentamento não conseguimos finalizar as atividades da NE70, assim como uma grande parte das regionais do país.

Tal dificuldade deve-se a alguns fatores como, por exemplo, a escassez de recursos humanos (apesar de ampliar as equipes de campo para cadastro, essas mesmas pessoas acumulam as atividades de escritório referentes a essas ações). Os cadastros feitos em campo são lançados no sistema de informações SIPRA, geralmente pelas mesmas pessoas. Além disso, é preciso considerar outras atividades, pois alguns desses servidores também exercem atividades em outras ações da Divisão. Além disso, é preciso considerar também as dificuldades dos próprios procedimentos de notificação, apresentação de defesa e análise dos processos.

Ou seja, durante todo o trabalho desenvolvido na atividade da NE70, a equipe da Coordenação Regional não ficou exclusivamente envolvida com essas atividades, pois os técnicos continuaram realizando atividades concomitantes, tais como: execução de atividades relacionadas ao cumprimento das metas estabelecidas na Programação Operacional, atendimento ao público, atendimento a Programas Especiais que coordenam e outras.

A atuação da Divisão de Obtenção de Terras foi na tentativa de efetivar todas as notificações possíveis, pois essa é a ação direta mais importante e que dá início ao procedimento de regularização. Das 40 notificações pendentes no final do ano passado (nessas incluídas os Contratos de Trabalho Temporário) e as outras novas notificações que foram surgindo durante o processo de seleção, estão pendentes apenas 13 notificações.

De acordo com os últimos despachos da Procuradoria Jurídica e com as últimas determinações da Procuradoria Geral, existem recomendações com a necessidade de vistorias nos imóveis para a apresentação de parecer conclusivo por parte da Procuradoria Regional, o que requer a disponibilidade de técnicos e de recursos para a realização desta etapa, que é muito significativa.

Para conseguir maior efetividade no cumprimento dessa normativa, essa Divisão irá apresentar, no exercício de 2010, proposta de reformulação da Comissão responsável pela análise dos processos, no intuito de ampliar o número de processos analisados por mês. Essa proposta foi previamente discutida com os técnicos e será apresentada e

aprovada na reunião de planejamento das ações da Divisão, a ser realizada nos dias 03 a 05 de março de 2010. Essa medida contribuirá para que as ações no exercício de 2010 sejam mais eficientes e eficazes.

Outra dificuldade encontrada é a existência de apenas um Procurador Federal na Autarquia para todas as demandas jurídicas. Os processos necessitam de parecer jurídico para os casos consideráveis insanáveis pela comissão, e o fato de termos apenas uma procuradora impede maior celeridade das análises, uma vez que a mesma é responsável por todas as atribuições jurídicas do órgão. Para tentar solucionar esta questão, a Superintendência tem realizado esforços no sentido de conseguir o deslocamento de mais um procurador para esta Autarquia.

Assim, conseguimos atingir a meta física de assentamento e dar prosseguimento as ações da NE70. Sobre a execução de 22,95% a mais do orçamento inicialmente programado, é relevante salientar que esse fato se deve muito ao aumento significativo nos valores das diárias. Tal aumento foi superior a 70% para os servidores de nível superior e de cerca de 100% para os de nível médio, pois estes últimos não recebiam o mesmo valor que os primeiros. Tal alteração era uma reivindicação justa e antiga, mas como ocorreu no meio do exercício, com o orçamento já aprovado, e no meio de sua execução, não foi possível prever o impacto desse aumento no orçamento, o que refletiu num gasto maior com diárias. Em verdade, este fato impactou diretamente no aumento dos gastos de recursos de todas as ações do INCRA.

Em suma, pudemos verificar uma execução satisfatória da meta física de assentamento de famílias, onde utilizamos todas as opções disponíveis de inclusão de novas famílias, e ainda conseguimos engatilhar ações que gerarão resultados na execução das metas físicas do exercício de 2010.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Obtenção de Terras.

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Área vistoriada (ha)	45900	7267,24	130,6974	0,158327669

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
299.000	436.395	426.567	98	411.102	94	410.532	94

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

A Divisão de Obtenção de Terras tem trabalhado para, cada vez mais, aumentar a qualidade dos laudos agrônômicos de vistoria, especialmente no que diz respeito à avaliação da terra nua e benfeitorias e à maior precisão possível na identificação do mapa de uso do imóvel, tendo em vista a exigência do cálculo de passivo ambiental. Nesta Regional não dispomos de mapas hidrográficos atualizados e imagens de satélite com resolução que identifique as nascentes e cursos d'águas que passam pelo imóvel.

Nas atuais condições, a equipe precisa localizar e rastrear “ponto a ponto”, em campo, com GPS topográfico, todas as fontes hídricas e demais áreas de preservação permanente. Isto demanda um tempo maior da equipe em campo. Na Zona da Mata existem imóveis “ricos em água” e, muitas vezes, o acesso à “nascente” ou ao “córrego” é dificultado pela vegetação e pela topografia, demandando um grande tempo somente com esta tarefa. Além disso, o acesso a essas áreas geralmente é composto por vegetação fechada, com necessidade de abrir “picadas”, ou caminhos, até esses pontos. Isso também demanda um tempo considerável dos técnicos em campo. O perímetro do imóvel, em alguns casos, é feito com os seus “limites” sem a devida desobstrução da vegetação. Há, ainda, a necessidade de fazer aceiros, ou seja, abertura de uma trilha na vegetação para passagem da equipe. É uma tarefa que atrapalha o ritmo de outros trabalhos, seja pelo desinteresse do proprietário em cooperar (em caso de desapropriação, pois é um ato de força onde o mesmo não possui interesse em desfazer-se do imóvel), seja pela própria vegetação muito densa.

Tais ações implicam num gasto de tempo maior em campo, entretanto é estritamente necessária a manutenção dessas ações para garantir a qualidade dos trabalhos. Tudo isto implicou num gasto financeiro maior do que o previsto inicialmente, pois o cálculo utilizado como base e média para gastos com hectares vistoriados não considerava estas peculiaridades.

Para o exercício de 2010, esta Divisão está propondo mudanças em algumas rotinas de trabalho, como: elaborar as programações de viagem quinzenalmente; garantir que as viaturas estejam disponíveis um dia antes da viagem para que o dia inicial do deslocamento também possa ser aproveitado em campo; diminuir a quantidade de agrônomos por vistoria de dois para um – como possibilita o manual de obtenção-, o que além de diminuir o gasto com diárias, disponibilizaria um técnico para outras atividades ou vistorias; reduzir a utilização de motoristas oficiais nas atividades

de vistorias (com os próprios técnicos dirigindo os veículos, o custo de diária seria menor e o motorista ficaria liberado para ser escalado em outra viatura para outra atividade), pois a presença do motorista nessas atividades é muitas vezes dispensável; entre outras ações. Tais mudanças serão apresentadas, discutidas e aprovadas na reunião de planejamento das ações a ser realizada entre os dias 03 a 05 de março de 2010.

Outra dificuldade encontrada na Regional é a condição dos equipamentos de GPS topográficos, que são antigos e que necessitam de manutenção. Muitas vezes acabam ocorrendo “panes” no equipamento em campo, obrigando a equipe a tentar adiantar os trabalhos possíveis em campo e, quando do retorno ao INCRA, tentar reparar o defeito rapidamente para que o equipamento possa ser utilizado na semana seguinte. Esse problema típico implicou muitas vezes em aumento dos dias de campo. E além de “panes”, o equipamento também demora muito para “captar” os sinais do satélite.

Para o exercício de 2010, esta Divisão pretende reduzir ao máximo esses custos, já tendo iniciado tratativas com a Divisão de Ordenamento e as respectivas Diretorias de Obtenção e Ordenamento para efetivar a compra de novos GPSs Topográficos, o que implicará numa economia de tempo e conseqüentemente de recursos.

A Divisão tem procurado aprimorar a “pesquisa de mercado de terras”, com a coleta de dados sobre os imóveis ofertados e negociados, nas diferentes regiões do Estado, visando à avaliação de imóveis rurais. Ocorre que, para um trabalho bem feito, é preciso visitar os imóveis “in loco”, para se obter dados e informações confiáveis, como recomendado pelo próprio Manual de Obtenção. É uma tarefa difícil e algumas vezes tensa, considerando os seguintes aspectos: a) existe a demora para identificar os imóveis ofertados e negociados na região, onde é preciso contar com o apoio de pessoas dispostas a indicá-los; b) dificuldades de localização e acesso aos imóveis; c) dificuldades de convencer o proprietário ou responsável a fornecer dados e informações, e a permitir que a equipe percorra o imóvel para aferir suas características principais. Em algumas áreas mais tensas, a equipe do INCRA é mal vista pelos fazendeiros. Mesmo com todas as dificuldades, a Divisão de Obtenção de Terras ainda conseguiu levantar informações referentes a 132 imóveis rurais.

Esta ação de levantamento de informações para o banco de dados é fundamental para a avaliação dos imóveis, e os recursos destinados à execução desta atividade deveriam ser lançados na ação 2272 (Gestão e Administração do Programa), pois não

implicaria diretamente no valor do custo por hectare, já que o valor atual não leva em consideração todas essas particularidades. Em outros exercícios, era aportado recursos na sub-ação denominada “Ações Preparatórias”, entretanto após reformulação do PPA (Plano Plurianual), essa sub-ação foi extinta e os gastos tiveram que ser inseridos no custo direto das vistorias, o que ocasionou um custo maior do que o previsto inicialmente.

Outras ações como notificação de proprietários, entrega de ofícios e coleta de certidões em cartórios e prefeituras, visitas de pré-seleção de imóveis (que contribui essencialmente na escolha das áreas a serem vistoriadas, pois indicam as possibilidades de sucesso das futuras ações), também eram atividades com recursos alocados nas “Ações Preparatórias” e atualmente são financiados através de recursos da ação 8387 (Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais), sendo assim mais um item que contribuiu para o aumento de gastos, uma vez que não houve aporte suficiente na ação 2272.

Vale ressaltar também tema já discutido na ação anterior (8384 - Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária): o aumento significativo dos valores correspondentes às concessões de diárias. O aumento foi de aproximadamente 70% para cargos de nível superior e de 100% para nível médio. O aumento ocorreu durante o exercício e por essa razão não foi considerado quando da elaboração do orçamento, implicando num aumento considerável de gastos.

Por todas as dificuldades encontradas, esta Regional não conseguiu cumprir as metas previstas inicialmente para as áreas vistoriadas, que era de 45.900 hectares, tendo executado apenas 7.267,24 hectares. Esse resultado não influiu diretamente no assentamento de famílias, onde as metas foram totalmente executadas.

Para garantir que no exercício de 2010 as atividades sejam desempenhadas com maior eficácia e eficiência, a Divisão de Obtenção de terras tomou algumas providências: solicitou a Diretoria de Obtenção (em encontro de planejamento realizado em dezembro de 2009) que fossem revistos os valores indicados como média dos custos de vistoria/hectare, para o qual apresentou memória de cálculo e aguarda manifestação da Diretoria; além disso, já foi discutida entre os técnicos a necessidade de se encontrar alternativas viáveis para executar as vistorias em um prazo menor de tempo e com um gasto menor de recursos. Salientamos ainda a necessidade de se incluir nos custos das

vistorias os gastos com as ações preparatórias (notificações de proprietários, visitas de pré-seleção, entrega e coleta de documentação em cartórios e prefeituras, publicação de editais entre outros procedimentos administrativos), uma vez que essas atividades têm sido executadas dentro dessa ação de vistoria, gerando um custo maior por hectare vistoriado.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Humanos.

Coordenador nacional da ação: Carlos Sturm.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Licença ambiental protocolada (und)	13	4	0	0,307692308

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
78.119	57.567	57.489	100	57.489	100	57.489	100

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 57.567,10 (cinquenta e sete mil quinhentos e sessenta e sete reais e dez centavos), foi empenhado, liquidado e pago o montante de R\$57.488,72 (cinquenta e sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos), resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentário-financeiros recebidos.

Em virtude de convenio firmado no exercício de 2008, a Superintendência Regional de Alagoas conseguiu resultados expressivos na resolução do passivo de licenciamento ambiental. Por meio de tal convenio a Regional de Alagoas regularizou a situação de 154 dos seus 160 assentamentos da época. Desta forma, o passivo previsto para o exercício de 2009 foi praticamente sanado ainda em 2008.

Realizamos no exercício de 2009 o protocolo (com pagamento de taxa) quatro novas licenças prévias (LP) e cinco prorrogações de licenças, atingindo o numero final de nove Licenças.

Protocolamos junto a Secretaria de Meio ambiente e Recursos Hídricos (com pagamento de taxas) o pedido de isenção de outorga de água de 63 Projetos de Assentamentos. Essa ação faz parte das exigências para o cumprimento das condicionantes de licenças expedidas ainda em 2008.

No ano de 2009, concentramos esforços no sentido de atender os condicionantes das LIO's expedidas, sobretudo naquelas condicionantes que estavam ao nosso alcance imediato de cumprir, como os processos de outorga de água que demandou levantamentos de campo para obtenção de informações relativas ao abastecimento e georreferenciamento dos pontos de captação de água. É importante frisar que as demais condicionantes ficaram no aguardo de um possível convenio com o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas.

Intensificamos as fiscalizações das RL's nos Projetos de Assentamentos atendendo a demandas, denúncias de crimes ambientais com vistas a não sofrer efeitos

suspensivos das licenças uma vez que o monitoramento e preservação das RL's é também uma condicionante do licenciamento. Nessas ações de fiscalização realizamos procedimentos informativos junto aos assentados como forma de promover educação ambiental

Ainda hoje, existe um gama de dificuldades que limitam o andamento dos processos de licenciamento, tais como: ausência de um sistema de informação integrado, que possibilite a pesquisa e o gerenciamento dos dados necessários aos processos de licenciamento. Ex: Sistema de informação geográfica; carência de imagens de satélite atualizadas que possibilitem o monitoramento ambiental das áreas reformadas; carência de recursos humanos com característica multiprofissional para aprimorar os trabalhos da equipe; disponibilidade de veículo 4x4 para atender as diversas demandas do setor de meio ambiente, uma vez que as viaturas de comuns (carros de categoria passeio) nem sempre atendem as necessidades; limitação do órgão ambiental estadual no que diz respeito à celeridade na análise de processos; limitações técnicas e operacionais dos serviços de ATES.

Para tentar sanar algumas dessas dificuldades, esta Regional esta mantendo entendimento com o INCRA SEDE para viabilizar a implantação de um Sistema de informação geográfica e a compra de imagens com as especificações que possibilitem o monitoramento ambiental das áreas reformadas

Como já citado, apesar das dificuldades ainda vivenciadas, temos conseguido implementar ações importantes para o desenvolvimento dos PAs, como por exemplo, as fiscalizações das áreas de reserva e de preservação permanente, além de reuniões com os assentados para difundir os conceitos e a importância da preservação do meio ambiente, principalmente através de ações de educação ambiental.

O recurso foi utilizado com despesas para diárias, material de consumo, Passagens e despesa com locomoção, serviços de terceiro pessoa jurídica, pagamento de taxas e obrigações tributarias e publicação.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Obtenção de Terras.

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área obtida (ha)	6827	0	0	0

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
14.106.928	4.126.018	4.126.018	100	2.966.361	72	2.966.361	72

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Foi empenhada toda provisão recebida, no valor de R\$ 4.126.018,25 (quatro milhões cento e vinte e seis mil dezoito reais e vinte e cinco centavos), sendo liquidados e pagos R\$ 2.966.361,19 (dois milhões novecentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentário-financeiros recebidos.

Para esta ação verificamos algumas dificuldades ainda do exercício de 2008 que refletiram na execução do exercício de 2009. Por dificuldade orçamentária, parte das áreas obtidas em 2008 só tiveram a conclusão de emissão dos recursos de indenização

em 2009, desta forma uma parte do recurso foi utilizado para pagamento de benfeitorias de áreas obtidas ainda no exercício anterior. Uma outra parte do recurso foi utilizado para a complementação de recursos em virtude de acordos judiciais. Apesar desta dificuldade, não houve prejuízo no que diz respeito a execução de metas de assentamento de famílias. Vejamos a tabela abaixo:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	SOBRAS TDA (R\$)	BENFEITORIA (R\$)	TOTAL (R\$)	Mês	OBSERVAÇÕES
Riacho Grande e Quixaba	Pão de Açúcar	61,51	55.792,46	55.853,97	FEV	Complementação Judicial
Cachoeira-Poço de Pedras	Belo Monte	52,35	1.223.612,08	1.223.664,43	FEV	imóvel adquirido em 2008
Pacas	Murici	310,99	94.291,10	94.602,09	MAR	Complementação Judicial
Alto Vermelho, Coqueiro, Mandacaru e Navio	Água Branca	125,00	355.526,98	355.651,98	MAR	imóvel adquirido em 2009
Canafistula	Jacuípe	67,55	147.448,86	147.516,41	JUL	Complementação Judicial
Engenho Bonito	Rio Joaquim Gomes	38,81	1.134.928,25	1.134.967,06	OUT	imóvel adquirido em 2009, PA será criado em 2010
São Macário	Atalaia		9.959,22	9.959,22	NOV	Complementação judicial
Lagoa da Cachoeira I e II	Piranhas	75,29	904.782,44	904.857,73	DEZ	imóvel em fase final de aquisição
São Sebastião	Atalaia	103,64	18.743,72	18.847,36	DEZ	imóvel em fase final de aquisição
Camarão	Maribondo	154,05	179.943,95	180.098,00	DEZ	imóvel em fase final de aquisição
TOTAL		989,19	4.125.029,06	4.126.018,25		

Vale salientar que os valores identificados na tabela referem prioritariamente a recursos de sobras de TDAs e benfeitorias pois os valores referentes a TDAs ficam centralizados no INCRA Sede, para efeitos de esclarecimentos faremos observações no preenchimento dos indicadores de desempenho.

Contudo, o módulo Monitoramento e Avaliação do SIR não registra nenhuma área obtida no exercício de 2009. Trata-se de evidente falha de alimentação do sistema, ainda não corrigida pela Divisão de Obtenção de Terras. Tal fato deve-se a atual carência de pessoal de apoio administrativo. O acúmulo de atividades dos servidores hoje lotados na Divisão impede que esse sistema seja alimentado como se faz necessário. As informações são compiladas em planilhas próprias, mas que não

atendem ao monitoramento proposto pelo sistema, para solucionar esta dificuldade, foi discutido na reunião de planejamento quem seriam os responsáveis pela alimentação, identificando um por setor da Divisão, de maneira que nenhum servidor em específico fosse sobrecarregado com essa atividade, desta forma conseguiremos sanar esse problema para o exercício de 2010.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Implantação.

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.058	30.080	29.889	99	18.729	62	18.729	62

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 30.079,51 (trinta mil setenta e nove reais e cinquenta e um centavos), foram empenhados R\$29.889,15 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta e nove reais e quinze centavos), liquidados e pagos R\$18.729,15 (dezoito mil setecentos e vinte e nove reais e quinze centavos), resultando em uma aplicação de 99% dos recursos orçamentário-financeiros.

Revelou-se insuficiente o total dos recursos orçamentário-financeiros originalmente programados para a gestão e administração do programa 0135 (Assentamento de Trabalhadores Rurais) no exercício de 2009, no montante de R\$1.058,00 (um mil e cinquenta e oito reais). Diante dessa insuficiência, foi necessário um aporte de recursos na ordem de R\$ 29.021,51 (vinte e nove mil vinte e um reais e cinquenta e um centavos) descentralizados pelo órgão central.

Vale ressaltar que os recursos aplicados foram fundamentais para trabalhar as metas das diversas ações finalísticas do programa 0135 (Assentamento de Trabalhadores Rurais).

Por se tratar de uma ação de apoio às ações finalísticas, as despesas, em sua grande maioria, são oriundas de deslocamento de técnicos do INCRA para acompanhamento das ações desenvolvidas em campo, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível) e despesas com locomoção (aluguel de veículos).

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Estevão de Oliveira Vasconcelos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Infraestrutura.

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (und)	686	0	941	0

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.773.168	3.776.347	3.776.347	100	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Toda a provisão recebida, no valor de R\$ 3.776.346,84 (três milhões setecentos e setenta e seis mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), foi empenhada, resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentários recebidos. A tardia realização destes empenhos impossibilitou a realização da fase de liquidação dos recursos.

O montante supracitado foi utilizado para contratação direta de empresas de engenharia, através de pregão eletrônico, para viabilizar o alcance dos seguintes resultados futuros: beneficiamento de 347 famílias com a implantação de 55km de estradas; beneficiamento de 98 famílias com a recuperação de 12km de estradas; beneficiamento de 267 famílias com a construção de 4 unidades de abastecimento de água; beneficiamento de 229 famílias através de pavimentação de estradas. Totalizando: beneficiamento de 674 famílias com ações de infraestrutura. Tais dados não são computados na planilha acima de “Execução Física das ações realizadas pela UJ”, porque as obras ainda não foram concluídas; pelo contrário, estão no seu estágio inicial.

A ausência de engenheiro civil lotado nesta Superintendência dificulta os trabalhos na ação 8396. Tal fato compromete, por exemplo, a fiscalização e o recebimento de obras, bem como a realização de licitações. A estratégia adotada por esta Superintendência na tentativa de minimizar o problema é a solicitação de engenheiros civis de outras SRs, para realização de trabalhos temporários.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Infraestrutura.

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família atendida (und)	1258	1006	982	0,799682035

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
657.858	718.256	717.132	100	363.913	51	369.913	52

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

No final do exercício de 2008, firmou-se 04 contratos cujo resultado contratual era o beneficiamento de 1.822 famílias, com um montante financeiro de R\$ 665.528,01 (seiscentos e sessenta e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e um centavo). A meta a ser trabalhada em 2009 era a referente a estes contratos celebrados.

A Meta Física Programada estabelecida pela PO2009 na ação 8398 (Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento) era atender 1.258 famílias. Não houve o cumprimento dessa meta e o que caracterizamos como problema impactante de execução foi aspecto de ordem administrativa e gerencial das 02 (duas) empresas contratadas: Imediata Topografia e Geodésia, com um contrato envolvendo 685 famílias em 07 Projetos de Assentamento numa área de 7.817,7100ha; e Gerpro Engenharia Ltda., com 03 (três) contratos envolvendo 1.127 famílias em 21 projetos de Assentamento numa área de 13.797,7142ha.

As empresas contratadas não obedeceram o cronograma apresentado e não lograram êxito no desenvolvimento de equipes e equipamentos operacionais de campo, no que caracterizamos uma total dissintonia gerencial das mesmas, apesar das orientações e cobranças emanadas pela Comissão de Fiscalização, inclusive, aplicando penalidades por descumprimento contratual e o instrumento administrativo contratual.

Assim, fica claro que não houve um rigor das contratadas na condução dos respectivos contratos. A rescisão contratual com a Gerpro, por problemas de ordem administrativa e financeira explicitados nos processos administrativos, teve um impacto bastante considerável no não cumprimento dessas metas, vez que estes 03 contratos envolviam 1.127 famílias, correspondendo a 89,59% da Meta Física Programada.

Diante do problema exposto, houve execução de serviços de medição e demarcação topográfica beneficiando apenas 213 famílias, portanto, ficando pendente a serem atendidas 1.045 famílias, de acordo com a meta programada.

Às contratadas foram repassados recursos no valor de R\$206.802,16 (duzentos e seis mil oitocentos e dois reais e dezesseis centavos), aprovados pela Comissão de Fiscalização devidamente constituída, do valor global de R\$ 665.528,01 (seiscentos e sessenta e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e um centavo).

Esclarecemos que não há ainda o valor de recursos contratados que serão anulados, visto que os três processos administrativos estão na Assistência Técnico-contábil da Procuradoria Regional de Alagoas para os devidos cálculos compensatórios.

Destacamos finalmente, que no exercício de 2009, foi assinado um novo contrato com a empresa Tal Topografia da Amazônia, no valor de R\$ 527.800,07 (quinhentos e vinte e sete mil e oitocentos reais e sete centavos), visando beneficiar 982 famílias em 22 Projetos de Assentamento, totalizando uma área de 10.355,5565ha. Esse contrato terá impacto na meta física do exercício de 2010.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamentos.

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	4	Família beneficiada (und)	0	0	1414	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	229.238	228.219	100	33.682	15	33.682	15

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Para esta ação não havia nada orçado na Programação 2009. Essa ausência de determinação pela Sede desta Autarquia de limites físico-orçamentários na Programação 2009 minimiza a possibilidade de comparações entre o programado e o executado.

Apesar da ausência de programação, foram descentralizados recursos no valor de R\$ 229.237,68 (duzentos e vinte e nove mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos), sendo empenhados R\$ 228.218,78 (duzentos e vinte e oito mil duzentos e dezoito reais e setenta e oito centavos) e liquidados R\$ 33.681,66 (trinta e três mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos).

Os recursos acima citados foram utilizados, sobretudo, para custear as despesas com a celebração de convênios, visando a instalação e a implementação de várias agroindústrias (fábrica de polpas de frutas, fábrica de beneficiamento de amendoim, fábrica de fubá de milho, fábrica de farinha de mandioca, fábrica de beneficiamento de frutas, casa de licor), bem como a realização de feiras territoriais da agricultura familiar. A tabela abaixo apresenta, de forma sintética, detalhes dos convênios, expondo seus objetos, público beneficiado, bem como a situação de cada um desses convênios.

	Título do Projeto Técnico	Com quem executa (Parceiro)	Ano de início do Projeto	Nº de PAs contemplados	Nº de Famílias	Situação
1	Consolidação da Comercialização da Fábrica de Polpas de Frutas do Projeto de Assentamento Pindoba II	Instituto Naturagro	2008	1	127	Convênio em fase final
2	Instalação e Implementação de Fábrica de Beneficiamento de Amendoim	Instituto Naturagro	2008	1	116	Convênio em fase final
3	Instalação e Implementação de Casa do Licor	Instituto Naturagro	2008	1	143	Convênio em execução
4	Instalação e Implementação de Fábrica de Fubá de Milho	Instituto Naturagro	2008	1	181	Convênio em execução
5	Realização de Feiras Territoriais da Agricultura Familiar	Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços - COOATES	2008	26	83	Convênio em fase final
6	Instalação e Implementação de Fábrica de Farinha de Mandioca	Instituto Naturagro	2009	1	349	Convênio em fase inicial
7	Implementação com reforma da câmara fria da Fábrica de Beneficiamento de Frutas de Maragogi	Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados - COOPEAGRO	2009	14	1.065	Convênio em fase inicial
SUB TOTAL				45	2064	

Fonte: Planilha de controle interno mensal da equipe do Terra Sol.

Como exposto, os dois convênios celebrados no exercício de 2009 contemplaram 1.414 famílias, distribuídas em 15 Projetos de Assentamento. Somados aos convênios iniciados em 2008, encerramos o exercício de 2009, com 07 convênios em execução, visando beneficiar 2.064 famílias, distribuídas em 45 projetos de assentamento.

Foram registradas ainda despesas destinadas a cobrir o custeio com o deslocamento (diárias e passagens) de técnicos do INCRA até as áreas beneficiadas com os convênios, no intuito de fiscalização dos trabalhos.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamentos.

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Documento de titulação expedido (und)	0	1163	0	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	53.912	52.634	98	51.519	96	51.519	96

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Para esta ação não havia nada orçado na Programação 2009. Essa ausência de determinação pela Sede desta Autarquia de limites físico-orçamentários na Programação 2009 minimiza a possibilidade de comparações entre o programado e o executado.

Apesar da ausência de programação, foram descentralizados recursos no valor de R\$53.912,09 (cinquenta e três mil novecentos e doze reais e nove centavos), sendo empenhados R\$ 52.634,21 (cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos) e liquidados e pagos R\$ 51.518,93 (cinquenta e um mil quinhentos e dezoito reais e noventa e três centavos), resultando num percentual de 96% de valor pago.

As despesas, em sua grande maioria, são oriundas de deslocamento de técnicos do INCRA, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível) e outros serviços de terceiros (pessoa jurídica), referentes ao contrato de manutenção e conservação veicular.

Os recursos foram utilizados para garantir a expedição de 1.163 documentos de concessão de uso em 31 projetos de assentamento.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamentos.

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve registro de movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Coordenador nacional da ação: Carlos Sturm.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Unidade familiar de produção atendida (und)	366	0	0	0

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
365.230	20.681	18.407	89	18.407	89	18.407	89

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 20.681,09 (vinte mil seiscentos e oitenta e um reais e nove centavos), foi empenhado, liquidado e pago o montante de R\$18.407,30 (dezoito mil quatrocentos e sete reais e trinta centavos), resultando em uma aplicação de 89% dos recursos orçamentário-financeiros recebidos.

A Divisão de Obtenção de Terras identificou uma grande dificuldade na execução desta ação, esta situação deve-se ao fato da falta de capacitação das prestadoras de assistência técnica para elaboração de projetos nessa área. Visando corrigir essa falha, o setor de meio ambiente teve a iniciativa de propor reunião para expor as ações que são possíveis de atender por esse programa e informar sobre a mudança na apresentação de projetos, pois deverá ser utilizado o SICONV .

Desta forma, a Divisão pretende executar um número maior de projetos nesta ação para o ano de 2010.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Infraestrutura.

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	4	Família atendida (und)	1799	4639	2032	2,578654808

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
20.333.125	53.543.725	53.543.725	100	14.883.615	28	14.883.615	28

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

O exercício em referência apresentou resultados satisfatórios no provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária. No tocante ao cumprimento de metas físicas e a execução orçamentária, foram alcançados resultados significativos.

Tal desempenho se deu devido à compreensão da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento em remanejar recursos humanos para o setor de crédito, atendendo a Norma de Execução em vigência, os instrumentos jurídicos que respaldam a liberação e a implementação de uma dinâmica que vise a possibilidade de execução dos processos administrativos de liberação de crédito em um exercício e, por fim, à efetivação da execução dos recursos já no exercício vindouro.

Vale ressaltar que, historicamente, desde 2003, quando foram elaborados novos instrumentos de controle e a ampliação dos valores orçamentários nas modalidades de concessão de crédito, a SR-22 vem evoluindo e atendendo todas as suas demandas; todos os Territórios da Cidadania no Estado foram contemplados com a liberação de crédito instalação, bem como a Reserva Extrativista Marinha Lagoa de Jequiá, que conta hoje (março/2010), com 2.778 famílias cadastradas e recursos garantidos em conta para a modalidade Apoio Inicial (liberado parcialmente) e para a modalidade Aquisição de Materiais de Construção.

Não menos importante, o Complexo Agrisa-Peixe, em sua quase totalidade, foi contemplado com a modalidade Apoio Inicial. Quanto ao crédito Aquisição de Materiais de Construção, os recursos não foram liberados em 2008 pelo aguardo da Licença Ambiental/LIO. A emissão das licenças contemplou todos os projetos de assentamento do complexo, estando hoje em construção as habitações de oito PA's.

Em 24 de dezembro de 2009, entrou em vigor a nova Instrução Normativa nº 54, que ampliou os valores das modalidades de crédito instalação/implantação tornando os assentamentos aptos ao recebimento da complementação das modalidades de crédito. Acreditamos que durante este exercício seja possível a construção de todas as habitações do complexo, sendo que para isso aguardamos os resultados topográficos para a devida liberação.

Por fim ressaltamos que, nesta gestão foram criados 09 Projetos de Assentamento, 79 receberam alguma modalidade de crédito/e/ou todas dos 146 existentes sem mencionar a Reserva Extrativista Marinha.

Para que ocorra um amplo controle e monitoramento da liberação de recursos será necessário o remanejamento de outros técnicos para o setor de crédito para que sua efetiva aplicação aconteça. Outra dificuldade da Divisão de Desenvolvimento de

Projetos de Assentamento é a redução de recursos orçamentários e financeiros para o suprimento de fundos e o pagamento de diárias que culminou no momento da ampliação das metas da SR-22 acarretando entraves no desenvolvimento de algumas ações.

O desenvolvimento do crédito foi ampliado em todo o Estado e em todas as suas modalidades com a contribuição do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, que conduziu junto a uma equipe do INCRA os procedimentos técnicos e administrativos necessários ao alcance de nossas metas.

A ampliação do número de famílias contempladas pela ATES ofereceu maior visibilidade das ações desenvolvidas no setor junto aos beneficiários, agregando seus direitos e deveres e sua importância no processo de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento. Promoveu ainda, de forma democrática, metodologias participativas com vistas à identificação dos entraves, à promoção do conhecimento coletivo local, a contribuição no processo de relações igualitárias entre trabalhadores e trabalhadoras favorecendo o protagonismo da mulher na implementação de projetos.

Por fim, o programa em Alagoas é o braço direito e forte dos nossos beneficiários que serve como ponte para o desenvolvimento econômico para que sejam assegurados o aumento da produção agrária, pesqueira e extrativista na produção de alimentos.

Diante do exposto, é mister que as ações conjuntas demonstrem resultado, porém, para que não sejamos penalizados pela descontinuidade, será necessária a ampliação de recursos para suprimento de fundos e pagamento de diárias às equipes de fiscalização de campo para a evolução do processo de concessão de crédito, bem como o fortalecimento do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Infraestrutura.

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
216.669	368.966	365.667	99	339.334	92	339.334	92

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 368.965,50 (trezentos e sessenta e oito mil novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), foram empenhados R\$365.666,76 (trezentos e sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos) e liquidados e pagos R\$ 339.334,26 (trezentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos), resultando em uma aplicação de 99% dos recursos orçamentários.

Revelou-se insuficiente o total dos recursos orçamentário-financeiros originalmente programados para a gestão e administração do programa 0137 no exercício de 2009, no montante de R\$ 216.669,00 (duzentos e dezesseis mil seiscentos e sessenta e nove reais). Diante dessa insuficiência, foi necessário um aporte de recursos na ordem de R\$ 152.296,50 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) descentralizados pelo órgão central.

Vale ressaltar que os recursos aplicados foram fundamentais na consecução dos objetivos e metas preconizados das diversas ações finalísticas do Programa 0137 (Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária).

Por se tratar de uma ação de apoio às ações finalísticas, as despesas, em sua grande maioria, são oriundas de deslocamento de técnicos do INCRA para acompanhamento das ações desenvolvidas em campo, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível e lubrificante) e outros serviços de terceiros (pessoa jurídica), referentes ao contrato de locação de veículos, manutenção e conservação veicular, publicações na imprensa. Houve ainda despesas com passagens e locomoção, em razão do pagamento da parcela do contrato da empresa fornecedora de passagens aéreas.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Gabriel Silveira Arruda.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Cadastro.

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	4	Imóvel gerenciado (und)	1074	1047	0	0,974860335

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
9.670	25.093	25.091	100	25.091	100	25.091	100

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

A meta estabelecida para esta ação foi 1074 imóveis gerenciados. De acordo com os critérios definidos nos indicadores de desempenho, em 2009 foram gerenciados 1047 imóveis correspondendo a um total de 97,48% da meta. Este número é melhor discutido abaixo.

É importante citar que boa parte dos recursos recebidos em 2009 foi utilizada com programações demandadas por Brasília, e que por isso não estavam dentro das ações planejadas nesta Superintendência. Entre estas ações podemos citar: homologação e treinamento em Recife do Manual de Recepção e Análise; Encontro Nacional de Cadastro Rural; apresentação da prévia do novo processo de certificação de imóveis rurais; e discussão sobre Segurança da Informação.

Foram celebrados 07 (sete) termos de cooperação técnica com prefeituras

municipais para implantação de Unidades Municipais de Cadastro (UMC), dando início à implantação da Rede de Cadastro Rural em Alagoas.

O início dos trabalhos das UMCs se deu em outubro de 2009, com a realização do treinamento de 14 servidores destas prefeituras. Como resultado deste trabalho, apesar do pouco tempo de funcionamento, 55 imóveis foram gerenciados tendo como origem estas Unidades.

É de extrema importância a implantação desta Rede para permitir que as ações do INCRA tenham alcance nas regiões menos favorecidas e distantes da capital e com isso possibilite o atendimento da população mais carente, já que o CCIR (Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais) é um documento indispensável para obtenção de linhas de financiamento através dos bancos oficiais e isso tem impacto na vida do pequeno produtor rural, além de ser indispensável para efetivar qualquer ato junto ao cartório de imóveis.

Apesar do grande apelo social, muitas prefeituras não celebram o termo de cooperação técnica, por não haver transferência de recursos ou alguma “compensação” financeira pelo serviço prestado pelas UMCs. Os prefeitos parecem não entender o benefício que sua população pode obter.

As ações para implantação das UMCs demoraram a ser executadas, por que não se dispunham dos recursos financeiros.

Grande avanço conquistado em 2009 foi a implantação da normatização dos procedimentos de análise, com o desenvolvimento do Manual de Análise pelo INCRA/Brasília, resultado do treinamento realizado em Recife, conforme citado anteriormente. Isso possibilitou unificar os procedimentos e a conduta dos servidores do INCRA em todo o Brasil.

Também foi realizado o treinamento dos servidores da Sala da Cidadania no Manual de Recepção, buscando oferecer à população um melhor atendimento.

Um programa de capacitação frequente está sendo desenvolvido, com o objetivo de executar os serviços de forma mais eficiente.

Foi iniciado um trabalho com o objetivo de otimizar os serviços realizados, distribuindo as atividades de acordo com as especialidades dos servidores disponíveis e eliminando a execução de tarefas administrativas pelos analistas.

Outro ponto relevante foi a disponibilização da emissão do CCIR pela internet, pelos próprios detentores de imóveis rurais.

O principal problema durante o ano de 2009 foi sem dúvida a carência de

recursos humanos que ficou ainda mais evidente com o afastamento por motivos de saúde de dois servidores durante vários meses do ano.

Esta situação serve como mais um alerta, dentre tantos que já foram dados aos dirigentes, para um problema que já foi anunciado há muito tempo: o eminente afastamento de metade do quadro de servidores que atuam neste setor por motivo de aposentadoria e sem a conseqüente reposição, pois estes já possuem há muito as condições exigidas para tal.

Um ponto bastante discutido é a aferição da medida de desempenho dos serviços realizados que utiliza indicadores inadequados para medir o desempenho real das atividades, gerando informações distorcidas ou incompletas.

Recursos (humanos, materiais e tempo) são utilizados para gerenciamento dos imóveis (objeto desta ação), mas não são contabilizados quando estes processos são indeferidos. Quando um processo é indeferido, nenhum registro do esforço realizado é mensurado, passando a impressão de que menos esforço foi desempenhando do que efetivamente o foi. Essa é uma informação relevante!

Para efeito de demonstração, em 2009 mais de 100 processos foram indeferidos. O esforço desempenhado para se chegar neste resultado não é mensurado por nenhum indicador. Para cada um destes processos, foi utilizado o tempo do analista para identificar que este caso não pode ser atendido, foi elaborado o ofício comunicando o resultado do processo. Este ofício foi encaminhado por correspondência para o proprietário. E nenhuma destas atividades foi mensurada, conseqüentemente seu custo também não. Isso sem contar o atendimento realizado para dar entrada ao processo.

É importante citar a falta de infra-estrutura adequada para o desempenho das atividades. Citamos o caso da falta por vários meses de material de escritório de uso diário, o que termina por atrasar ainda mais a realização dos serviços.

Outro ponto bastante discutido é o excesso de burocracia que termina por desviar o foco dos profissionais com atividades simples do cotidiano, exigindo muitos esforços para serem executadas. Toma-se como exemplo, enviar uma simples correspondência.

Finalmente, destacamos que não foi realizada nenhuma contratação ou parceria com transferência de recursos em 2009.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Cadastro.

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Cartografia.

Coordenador nacional da ação: Marcelo Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área medida e georreferenciada (ha)	0	17888,3444	1264,4503	#DIV/0!

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	6.150	6.113	99	6.113	99	6.113	99

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Os resultados alcançados nesta ação, mesmo não havendo programação orçamentária específica e nem tampouco meta física estabelecida, pode ser considerado um resultado excelente e bastante significativo, diante dos problemas que temos na SR-22. Este resultado se refere aos imóveis Certificados pelo Comitê Regional de Certificação, que com muito esforço conseguiu superar as dificuldades de recursos humanos e apresentou resultados bem significativos para SR-22.

Como verificamos na tabela de execução das metas, apresentamos metas executadas mesmo não tendo projetado meta para 2009. Temos que considerar que a qualidade dos servidores que compõem o Comitê de Certificação Regional fez com que atingíssemos a execução de atividades que não estavam na PO2009.

Podemos considerar como problema a falta de recurso humano disponível para o atendimento da demanda, mesmo contando com o Comitê de Certificação de Imóvel. Não houve descentralização de recursos para atividade específica da SR-22, já que os recursos descentralizados foram para custear o deslocamento de servidores desta Superintendência para reforçar um Grupo de Trabalho de Certificação de Imóveis Rurais em Cuiabá.

Assim, ressaltamos que não houve contratação e parceria que envolvesse repasse de recursos para execução de atividades desta ação.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de regularização Fundiária.

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Regularização Fundiária.

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Regularização Fundiária.

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Cadastro.

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
12.560	24.320	24.162	99	24.162	99	24.162	99

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

No programa 0138 (Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas), não tivemos metas na ação 4426 (Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional), tampouco na 2110 (Regularização Fundiária de Imóveis Rurais). No entanto, para alguns eventos e trabalhos solicitados pela sede, foram descentralizados recursos.

Foi criado grupo de trabalho em Cuiabá com convocação de servidor da SR-22, para participar de análise de processos de Certificação. Da mesma maneira, aconteceram eventos sobre regularização fundiária em que servidores de Alagoas participaram. Assim, os recursos descentralizados para esses eventos e trabalhos ocorreram através da ação 2272 (Gestão e Administração do Programa).

Por outro lado, em consulta ao SIAFI, notamos que foram gastos recursos de diárias com servidores de outras Divisões e pagos com os recursos acima aludidos. Foram eles:

Evento(*)	Valor	Serviço	Período
511001	R\$ 596,58	Fiscalização para Divisão de Desenvolvimento de assentamentos	28 a 31 de dez
511001	R\$ 589,42	Fiscalização para Divisão de Desenvolvimento de assentamentos	28 a 31 de dez
511001	R\$ 596,58	Fiscalização para Divisão de Desenvolvimento de assentamentos	28 a 31 de dez
511001	R\$ 251,42	Levar documentos na justiça federal	24 e 25 de set

(*) Dados levantados no SIAFI em 04 de março de 2010.

A gestão da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que é a responsável pela gestão desses recursos, esclareceu que os mesmos não foram propostos nem empenhados por ela.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Claudemira Silva de Oliveira.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humanos.

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	128	A	4	Servidor capacitado (und)	42	31	0	0,738095238

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
10.495	53.373	53.180	100	51.580	97	51.580	97

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

A ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação) tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho,

dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No âmbito da Administração Pública Federal, as ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, e trouxe como novidade o modelo de Gestão por Competências.

No citado Decreto, a metodologia de Gestão por Competência é definida como “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”.

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas unidades responsáveis pelos macroprocessos.

O Balanço apresentado pela Diretoria de Gestão Administrativa revela que 31 oportunidades de capacitação foram oferecidas aos servidores do INCRA em Alagoas, através de 1012 horas-aula, atingindo 73,80% da meta proposta no Caderno de Metas PO2009, que era de 42 oportunidades de capacitação.

Por oportunidade de capacitação entende-se o número de vagas disponibilizadas, em eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2009.

Em relação aos recursos orçamentários, foram descentralizados R\$53.373,41 (cinquenta e três mil trezentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos), empenhando-se R\$53.180,10 (cinquenta e três mil cento e oitenta reais e dez centavos) e liquidando e pagando o mesmo montante. Nota-se que houve um acréscimo de R\$42.878,00 (quarenta e dois mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e um

centavos), em relação aos R\$10.495,00 (dez mil quatrocentos e noventa e cinco reais) inicialmente programados para 2009.

Os recursos acima citados foram utilizados para custear as despesas com os deslocamentos (diárias e passagens) de servidores para participações em cursos de capacitação, bem como com o pagamento de taxa de inscrição, quando necessário.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marcos Antônio de Araújo Bezerra.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Implantação.

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família acampada assistida (und)	1242	51652	0	41,58776167

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
139.000	264.673	258.789	98	258.789	98	258.789	98

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Ao montante originalmente programado para o exercício de 2009, no valor de R\$139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), foi somado o valor de R\$125.672,73 (cento e vinte e cinco mil seiscentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), resultando num total de recursos descentralizados no valor de R\$ 264.672,73 (duzentos e sessenta e quatro mil seiscentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos). De todo esse montante, foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 258.789,33 (duzentos e cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos).

Os recursos acima citados foram utilizados para assistir 51.652 famílias acampadas com cestas básicas e ainda 140 famílias assistidas com outras formas de atendimento.

Vale frisar que o número de 51.652 é superestimado, em razão do método de controle utilizado desta ação não evitar a recontagem de famílias. Exemplificando: uma família que recebe cesta básica em um mês pode receber outra cesta básica em outro mês; na contagem geral de famílias assistidas com cesta básica, ao invés de 01 família assistida, são registradas 02 famílias assistidas, ou seja, o sistema de controle adotado não evita a recontagem das famílias.

Grande parte das despesas cobriu o deslocamento de técnicos do INCRA para acompanhamento das ações desenvolvidas em campo, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível e lubrificante) e outros serviços de terceiros (pessoa jurídica), referentes ao contrato de locação de veículos, manutenção e conservação veicular. Houve ainda despesas com passagens e locomoção, em razão do pagamento da parcela do contrato da empresa fornecedora de passagens aéreas e ao aluguel de veículos. Ainda sobre material de consumo, houve gastos com a aquisição de alimentos e de lonas.

Recursos oriundos desta ação cobriram ainda gastos com a realização de Curso de Resolução de Conflitos Agrários.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Gabriel Silveira Arruda.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas.

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	4	Comunidade titulada (und)	2	0	0	0

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
99.657	23.075	22.516	98	21.516	93	21.516	93

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

A projeção das ações do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas foi realizada levando-se em conta os trabalhos iniciados em 2008, no que diz respeito à

vistoria e avaliação de imóveis inseridos no território da Comunidade Tabacaria, logo a nossa meta física seria de apenas 01 (uma) comunidade titulada para o exercício de 2009, pois efetivamente nossos trabalhos se limitavam apenas a dar continuidade à titulação da Comunidade Tabacaria, localizada no Município de Palmeira dos Índios.

No entanto, através do MEMO/INCRA/DF/DFQ/Nº632/2008, a Diretoria de Ordenamento informou que, devido à existência de diversas comunidades certificadas estarem localizadas em áreas do programa Territórios da Cidadania, seria inserida na PO2009 para a SR-22 mais 01(uma) Comunidade Titulada como meta, mesmo não existindo esta demanda no âmbito desta Superintendência.

Ainda em 2008, foi editada uma NOTA TÉCNICA CONJUNTA DF/DT/Nº 001, que estabelecia novos procedimentos no andamento dos Processos de Regularização de Territórios Quilombolas, que já estavam em fase de vistoria de imóveis, fazendo-se necessária a publicação de Decreto Presidencial para que se iniciassem os trabalhos de avaliação dos imóveis inseridos no Território.

O Decreto Presidencial foi publicado no Diário Oficial da União apenas no dia 23 de novembro de 2009. Assim, apenas em dezembro de 2009, pudemos iniciar os trabalhos de avaliação dos imóveis.

Diante das circunstâncias acima, não foi possível o cumprimento das metas físicas estabelecidas para SR-22, para o programa 1336 (Brasil Quilombola), na ação 1642 (Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos), porém estamos em fase de conclusão dos Laudos de Avaliação dos Imóveis, gerando uma expectativa de que no exercício de 2010 teremos cumprido a meta de titular 01 (um) Território de Comunidade Quilombola.

Frisamos que o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas envidou esforços no sentido de que as metas fossem cumpridas, contudo dependíamos das decisões da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas para a execução das metas, contribuindo negativamente para o atingimento das metas programadas para esta UJ.

O Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas não enfrentou problemas de descentralização de Recursos, nem tampouco de liberação ou contingenciamento de recursos capaz de atrapalhar a execução das ações previstas para este Serviço. O que realmente aconteceu e favoreceu a não execução das metas previstas foi o fato de ocorreram mudanças nos atos normativos que regiam a ação, decisões que

foram tomadas no decorrer dos procedimentos já em execução e dificultaram de forma bastante significativa os andamentos dos trabalhos.

Apesar do não cumprimento das metas físicas, e mesmo contando com pouco recurso humano para a execução das atividades, conseguimos um avanço, no que diz respeito aos trabalhos de campo que possibilitará já no exercício de 2010, se não houver novas modificações nos atos normativos, cumprir as nossas metas. Avançamos significativamente nas avaliações dos imóveis inseridos no Território da Comunidade Tabacaria.

De todo o montante empenhado para esta ação, no valor de R\$ 22.516,41 (vinte e dois mil quinhentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas utilizou nos trabalhos de campo a quantia de R\$ 20.150,76 (vinte mil cento e cinquenta reais e setenta e seis centavos), pois de acordo com dados retirados do SIAFI, verificamos um saldo de R\$ 558,23 (quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) e a utilização de R\$ 1.807,42 (um mil oitocentos e sete reais e quarenta e dois centavos) em outras ações alheias ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, sendo assim utilizado de forma errônea por outros setores desta Autarquia.

Se considerarmos os avanços alcançados e a utilização dos recursos liquidados, podemos afirmar que estes foram utilizados de forma bastante racional e que mesmo não gerando metas atingidas, realizamos atividades que possibilitará a execução das metas no exercício de 2010.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas.

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Estevão de Oliveira Vasconcelos.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-geral de Educação do Campo e Cidadania.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-geral de Educação do Campo e Cidadania.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2009.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-geral de Educação do Campo e Cidadania.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado (und)	0	62	0	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	143.297	143.297	100	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Para esta ação não havia nada orçado na Programação 2009. Essa ausência de determinação pela Sede desta Autarquia de limites físico-orçamentários na Programação 2009 minimiza a possibilidade de comparações entre o programado e o executado.

Apesar da ausência de programação, foram descentralizados recursos no valor total de R\$143.297,07 (cento e quarenta e três mil duzentos e noventa e sete reais e sete centavos), sendo empenhado todo este recurso.

Os recursos desta ação estarão sendo aplicados na execução do 2º ano do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, que tem a Escola Agrotécnica Federal de Barreiros como instituição interveniente. As despesas relacionadas a este período letivo constam no plano de aplicação do processo nº54360.002060/2008-62 e se referem a despesas inerentes às atividades no tempo, comunidade e escola relacionada ao processo educacional. As despesas incluem diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e encargos sociais.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-geral de Educação do Campo e Cidadania.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
8.000	17.256	17.106	99	17.106	99	17.106	99

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 17.256,44 (dezessete mil duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), foram empenhados, liquidados e pagos o montante de R\$ 17.105,91 (dezessete mil cento e cinco reais e noventa e um centavos), resultando em uma aplicação de 99% dos recursos orçamentário-financeiros.

A Divisão de Desenvolvimento ainda encontra dificuldade para implementar a execução desse programa PRONERA, para tentar minimizar este problema, destacamos no exercício de 2009 uma servidora com gestora da ação, entretanto a própria falta de capacitação na área limitou a atuação da Regional.

Para o exercício de 2010 a Divisão pretende modificar esse cenário e conseguir realizar mais ações e como primeira iniciativa enviou a servidora responsável pela ação para participar de capacitação no INCRA Sede, no início da segunda quinzena do mês de março, onde foram discutidas as atividades pertinentes ao programa, além de compartilhar de experiências bem sucedidas de outras regionais para trazer como possibilidades de aplicação na SR-22/AL.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Estevão de Oliveira Vasconcelos.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-geral de Infraestrutura

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família assistida (und)	2016	8696	0	4,313492063

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.523.676	5.060.428	5.060.428	100	3.096.891	61	3.096.891	61

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Empenhou-se toda a provisão recebida, no valor de R\$5.060.428,48 (cinco milhões sessenta mil quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos), liquidando e pagando o montante de R\$ 3.096.890,81 (três milhões noventa e seis mil oitocentos e noventa reais e oitenta e seis centavos), resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentários.

Revelou-se insuficiente o total dos recursos orçamentário-financeiros originalmente programados para a atual ação no exercício de 2009, no montante de R\$1.523.676,00 (um milhão quinhentos e vinte e três mil seiscentos e setenta e seis reais). Diante dessa insuficiência, foi necessário um aporte de recursos na ordem de R\$3.536.752,48 (três milhões quinhentos e trinta e seis mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) descentralizados pelo órgão central.

Todo esse recurso possibilitou assistir 8.696 famílias com serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental, número bem superior ao da meta inicialmente estipulada pelo órgão central.

O atendimento dessas famílias, distribuídas em 109 PAs, se deu através da realização de convênios com 08 parceiros diferentes: Instituto Naturagro, Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, Central Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agricultores de Alagoas (CEAPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Minha Terra (MMT), Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e

Serviços (COOATES), Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos de Alagoas (COOPERAR) e Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados (COOPEAGRO).

Através desses convênios, foram contratados 124 técnicos.

Os convênios serviram ainda para proporcionar a elaboração de planos de desenvolvimento e de recuperação de assentamentos. Havia, no final do exercício de 2009, 27 PDAs (Plano de Desenvolvimento de Assentamento) em elaboração, visando atender 1643 famílias, e 21 PRAs (Plano de Recuperação de Assentamento), visando o beneficiamento de 1147 famílias.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
16.293	117.104	117.018	100	114.725	98	114.725	98

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 117.104,49 (cento e dezessete mil cento e quatro reais e quarenta e nove centavos), foram empenhados R\$ 117.018,42 (cento e dezessete mil dezoito reais e quarenta e dois centavos) e liquidados e pagos R\$ 114.724,66 (cento e quatorze mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos), resultando em uma aplicação de aproximadamente 100% dos recursos orçamentários.

Revelou-se insuficiente o total dos recursos orçamentário-financeiros originalmente programados para a gestão e administração do programa 0137 no exercício de 2009, no montante de R\$ 16.293,00 (dezesseis mil duzentos e noventa e três reais). Diante dessa insuficiência, foi necessário um aporte de recursos na ordem de R\$ 100.811,49 (cem mil oitocentos e onze reais e quarenta e nove centavos) descentralizados pelo órgão central.

Vale ressaltar que os recursos aplicados foram fundamentais na consecução dos objetivos e metas preconizados da ação finalística do Programa 1427 (Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura).

Por se tratar de uma ação de apoio à ação finalística, as despesas, em sua grande maioria, são oriundas de deslocamento de técnicos do INCRA para acompanhamento das ações desenvolvidas em campo, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível e lubrificante) e outros serviços de terceiros (pessoa jurídica), referentes ao contrato de locação de veículos, manutenção e conservação veicular. Houve ainda despesas com passagens e locomoção, em razão do pagamento da parcela do contrato da empresa fornecedora de passagens aéreas.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Claudemira Silva de Oliveira.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
576.735	1.025.306	1.021.470	100	961.794	94	961.794	94

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 1.025.305,70 (um milhão vinte e cinco mil trezentos e cinco reais), foram empenhados R\$ 1.021.469,75 (um milhão vinte e um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos) e liquidados e pagos R\$ 961.794,49 (novecentos e sessenta e um mil setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos), resultando em uma aplicação de aproximadamente 100% dos recursos orçamentários.

Revelou-se insuficiente o total dos recursos orçamentário-financeiros originalmente programados para a ação 2000 (Administração da Unidade) do programa 0750 (Apoio Administrativo), no exercício de 2009, no montante de R\$ 576.735,00 (quinhentos e setenta e seis mil setecentos e trinta e cinco reais). Diante dessa insuficiência, foi necessário um aporte de recursos na ordem de R\$ 448.570,70 (quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e setenta reais e setenta centavos) descentralizados pelo órgão central.

Todo este montante foi utilizado para custear despesas de natureza administrativa inapropriadas às ações finalísticas e aos programas finalísticos, tais como: contratos de locação de mão-de-obra para apoio administrativo e para vigilância patrimonial, despesas com aluguel de imóvel, condomínio, fornecimento de água e de energia elétrica, locação de máquinas fotocopiadoras, despesas com telefonia, manutenção de condicionadores de ar, aquisição de água mineral e de material de

expediente, além de outras despesas destinadas à manutenção da sede desta Superintendência Regional do Incra em Alagoas.

A Divisão de Administração avalia que foram escassos os recursos para pagamento de alguns itens de custeio como suprimento de fundos e diárias, bem como para a aquisição de alguns materiais permanentes (condicionador de ar, imobiliários etc). Em relação ao Apoio Administrativo, a Divisão justifica que excedeu um pouco o limite orçamentário definido pela sede, mas tal incremento de despesa justifica-se pela expansão do raio de ação das atividades finalísticas, influenciadas pelo crescimento do número de comunidades atendidas por esta Superintendência.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares."

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
8.000	31.783	31.783	100	26.894	85	26.894	85

Fonte: Caderno de Metas PO2009 e SIAFI.

Todo o recurso recebido nesta ação, no valor de R\$31.783,26 (trinta e um mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos) foi utilizado para custear despesas com aquisição de material de informática, sobretudo cartuchos para impressoras. As despesas foram realizadas através de pregão eletrônico.

Os materiais foram adquiridos para suprir as necessidades da SR-22 no desenvolvimento de suas atividades operacionais. É mister que esse suprimento foi fundamental para a execução do processo administrativo de Nº 54360.000506/2009-03.

Vale destacar que a necessidade jurídica da construção de instrumentos licitatórios por vezes causa um lapso temporal onde itens fundamentais sofrem morosidade na entrega acarretando algum atraso no desenvolvimento de nossas atividades administrativas.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

A Divisão de Administração não apresentou os dados para o devido preenchimento da tabela, tampouco realizou a conseqüente análise crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa, apresentando as justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão e analisando o impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício.

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	341.144,71	42.222,12	341.144,71	42.222,12
Tomada de Preços	292.039,38	-	292.039,38	-
Concorrência	5.637.399,80	2.876.346,84	5.637.399,80	2.876.346,84
Pregão	2.254.173,18	1.874.799,72	2.254.173,18	1.874.799,72
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	445.182,76	340.230,62	445.182,76	340.230,62
Inexigibilidade	199.861,44	124.945,56	199.861,44	124.945,56
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	128.614,47	108.540,15	128.614,47	108.540,15
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	821.691,58	933.315,21	821.691,58	933.315,21
Outros	38.376.108,98	64.905.229,94	38.376.108,98	64.905.229,94

Fonte: Divisão de Administração.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	9.303.849,23	8.698.821,35	9.303.849,23	5.968.253,64	1.142.219,46	2.745.031,93	5.754.995,21	5.968.253,64
1º elemento de despesa	5.219.684,64	5.330.775,55	5.219.684,64	3.096.890,81	653.952,58	2.233.884,74	2.726.877,62	3.096.890,81
2º elemento de despesa	2.019.193,35	1.235.325,10	2.019.193,35	916.748,04	488.058,90	440.669,63	1.133.905,24	916.748,04
3º elemento de despesa	821.691,58	916.748,04	821.691,58	801.605,47	-	-	821.691,58	801.605,47
Demais elementos do grupo	1.243.279,66	1.215.972,66	1.243.279,66	1.153.009,32	207,98	70.477,56	1.072.520,77	1.153.009,32

Fonte: Divisão de Administração.

Obs.: Os valores dos grupos de despesa 1-Despesa e Pessoal e 2-Juros e Encargos da Dívida são, segundo informação da Divisão de Administração desta Superintendência, de responsabilidade da Sede desta Autarquia.

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	6.238.458,67	3.855.249,40	6.238.458,67	0,00	3.902.110,39	3.831.833,96	82.032,78	0,00
1º elemento de despesa	5.643.044,51	3.818.568,96	5.643.044,51	-	3.902.110,39	3.818.568,96	76.388,07	-
2º elemento de despesa	595.414,16	36.680,44	595.414,16	-	-	13.265,00	5.644,71	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	32.439.516,82	57.669.743,25	32.132.216,82	0,00	5.937.780,39	39.819.766,96	7.477.936,44	17.849.976,29
1º elemento de despesa	30.371.900,00	53.543.725,00	30.064.600,00	-	772.780,38	1.159.657,06	6.183.100,00	14.883.615,10
2º elemento de despesa	2.067.616,82	4.126.018,25	2.067.616,82	-	5.165.000,01	38.660.109,90	1.294.836,44	2.966.361,19
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Administração

Obs.: A Divisão de Administração não apresentou a análise crítica da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	61.004,42	158.946,54	258.737,70
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGEM	607.596,46	821.691,58	933.315,21
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	272.563,92	208.439,04	238.017,79
3.1. Publicidade	68.548,84	13.934,80	885,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	179.110,68	167.896,02	176.669,63
3.3. Tecnologia da informação	7.700,00	0,00	31.783,26
3.4. Outras Terceirizações	17.204,40	26.608,22	28.679,90
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	28.684,34	128.614,47	107.416,74
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	969.849,14	1.317.691,63	1.537.487,44

Fonte: Divisão de Administração.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU).

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	88	88	120
Próprios	88	88	120
Requisitados	0	0	0
Celestistas	0	0	
Cargos de livre provimento	7	7	7
Estatutários	7	7	0
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	16	16	16
Total	111	111	263

Fonte: Diretoria Administrativa, Divisão de Administração, SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/09 e extração SIAPE março/10.

Observações:

- 1)Lotação Efetiva: Total de servidores excluídos os cedidos e afastados;
- 2)Lotação Autorizada: Total de servidores incluindo os cedidos e afastados;
- 3)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação ideal.

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retrocessões	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	96	1.348.459,23	87.434,67	2.797.581,50	164.314,94	821,46
2008	92	2.128.446,72	90.275,24	3.101.266,16	251.393,89	-
2009	88	2.971.471,04	96.929,99	1.953.860,52	323.732,94	-
Celestistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009						
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007			168.723,60			
2008			244.237,80			
2009			255.300,60			
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007			14.136,44		395,46	
2008			15.843,72		423,14	
2009			5.077,72			

Fonte: Diretoria Administrativa: 1)Quantidade:SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/07, Dez/08, Dez/09 e extração SIAPE março/10; 2)Valores: Extração Financeira SIAPE 2007, 2008 e 2009 mediante utilização do sistema Data Warehouse(DW), elaborada pela SRH/MP.

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	17	179.110,68	14	135.239,65	0	0	10	35.952,00
2008	17	167.896,02	16	233.353,97	0	0	10	35.952,00
2009	17	176.669,63	16	234.401,46	0	0	10	51.792,00

Fonte: Divisão de Administração.

Obs.: Os dados referentes ao quadro “Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009” são, segundo informação da Divisão de Administração desta Superintendência, de responsabilidade da Sede desta Autarquia. A Divisão de Administração possui apenas controle sobre o quadro terceirizado.

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra de área fim

Segundo informação da Divisão de Administração desta Superintendência Regional, não há, no âmbito desta SR-22, celebração de contratos de terceirização de mão-de-obra de área-fim.

A este respeito existe a penas a observação da Divisão de Obtenção acerca da existência de termo de cooperação técnica firmando entre o INCRA de Alagoas e o ITERAL (Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Alagoas), por meio do qual três agrônomos e um desenhistas foram cedidos pelo Estado ao INCRA para participarem das ações de vistoria e avaliação de imóveis rurais. Este termo não implica na transferência de recursos, apenas a no pagamento de diárias ao técnicos e cessão de viaturas para execução de atividades.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Segundo informação da Divisão de Administração desta Superintendência Regional, os indicadores gerenciais sobre recursos humanos são atribuídos e controlados pela Sede desta Autarquia.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

É mister sinalizar as dificuldades enfrentadas por falta de recursos humanos. Diante do quadro atual, muitas pessoas estarão se aposentando e a dificuldade só irá aumentar.

Podemos exemplificar com a situação do setor de cadastro (SNCR), dos quatro funcionários, três estão em vias de se aposentar nos próximos dois anos, a que gerará uma situação extremamente precária no setor.

É fácil compreender a situação se avaliarmos que em 2002 Alagoas tinha pouco mais de 50 assentamentos e hoje já são quase 160. O mesmo acontece com as famílias acampadas que em 2002 não ultrapassava as oito mil famílias e hoje a demanda apresentada pelos movimentos sociais e de cerca de doze mil famílias.

O INCRA tem conseguido executar suas ações e por isso ampliado o seu público a ser atendido, entretanto, apesar dos concursos realizados a demanda por servidores ainda é enorme. A avaliação é que seria necessário a admissão de ao menos quarenta novos funcionários para regularizar o déficit de recursos humanos.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Movimento da Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final
373051	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta
Total					

Fonte: Divisão de Administração.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	1.678.500,01	-	610.000,00	1.068.500,00
2008	620.590,00	-	156.400,00	464.190,00
2009	570,00	-	516,14	53,86
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	13.644.559,72	1.310.403,51	8.588.387,58	3.745.768,63
2008	33.738.970,29	178.940,98	23.662.719,07	9.897.310,24
2009	46.396.632,85	-	-	6.396.632,85
Observações:				

Fonte: Divisão de Administração.

Obs.: A Divisão de Administração não apresentou a análise crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, limitando-se a declarar que “difícilmente se encerra um exercício sem que isso (restos a pagar) aconteça, mas que logo no exercício vindouro as despesas vão sendo pagas com a liberação de recursos financeiros que não chegaram até o fim do exercício anterior”.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
00375972/0023-76		Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - SR-22/AL							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1		12958179000173	378.000,00	42.000,00	378.000,00	378.000,00	29/5/2008	27/11/2008	0
1		6126351000120	88.032,00	125.493,77	2.428.019,84	1.719.159,12	22/7/2008	31/12/2011	0
1		6126351000120	70.500,00	3.120,00	70.500,00	70.500,00	23/12/2009	15/11/2010	0
1		11390457000176	128.789,12	28.500,00	128.789,12	128.789,12	24/12/2008	14/12/2008	0
1		399764100150	14.853,48	1.777,42	14.853,48	14.853,48	23/12/2008	31/12/2009	0
1		7365874000191	970.393,04	10.420,00	970.393,04	970.393,04	24/12/2008	30/12/2008	0
1		6126351000120	25.127,50	2.022,50	25.127,50	25.127,50	4/12/2008	15/10/2009	0
1		6126351000120	88.032,00	5.100,00	88.032,00	88.032,00	11/12/2008	22/6/2010	0
1		6126351000120	25.127,50	2.022,50	25.127,50	25.127,50	4/12/2008	15/10/2009	0
1		6126351000120	9.262,50	500,00	9.262,50	9.262,50	3/12/2008	17/4/2010	0
1		35745520000108	830.083,74	41.930,47	830.083,74	604.368,12	16/10/2008	31/12/2011	0
1		5559308000195	398.398,94	23.096,31	398.398,94	133.565,33	8/9/2008	31/12/2011	0
1		335713000110	209.749,70	11.002,86	209.749,70	161.888,64	28/8/2008	31/12/2011	0
1		759221000148	570.045,29	28.509,41	570.045,29	378.486,35	22/7/2008	31/12/2009	0
1		6126351000120	#####	125.493,77	2.428.019,84	1.719.159,12	22/7/2008	31/12/2011	0
1		7365874000191	#####	115.538,24	2.404.371,14	1.627.771,23	16/6/2008	31/12/2011	0

Fonte: Divisão de Administração / Setor Contábil.

Divisão de Administração/Setor Contábil não apresentou a análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo. Limitou-se a informar que os “processos de convênios estão todos atualizados no SIAFI pela setorial de contabilidade. Os que estão na posição de “a aprovar” foram baixados em diligência com carga para o gabinete da SR-22, para que fossem tomadas as providências junto aos convenientes, e até a presente data não recebemos resposta. ”

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

9. Renúncias tributárias

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

O Gabinete desta SR-22, setor responsável por prestar a atual informação, não se manifestou a respeito do tema.

11B. Determinações e recomendações do TCU

O Gabinete desta SR-22, setor responsável por prestar a atual informação, não se manifestou a respeito do tema.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

- a) **Admissão:** não houve registro.
- b) **Desligamento:** não houve registro.
- c) **Aposentadoria:** houve 01(um) registro.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

A Divisão de Administração declara que as informações de todos os contratos administrativos encontram disponíveis no sistema SIASG/SICON. Em relação aos convênios, a Divisão de Administração declara que há apenas 02 (dois) convênios com informações disponíveis no SICONV.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Conforme estabelecido na ATA GT-RG09/AL-Nº04/2010, de 09 de março de 2010, segue, na página que segue, transcrição do parecer final do Grupo de Trabalho para Elaboração do Relatório de Gestão 2009 (OS01/2010).



SERVIÇO PÚBLICA FEDERAL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS – SR – 22
GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 (OS01/2010)

PARECER FINAL DO GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 (OS01/2010)

Através do presente, os componentes abaixo assinados do Grupo de Trabalho para elaboração do Relatório de Gestão 2009, criado através da ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-22./Nº 01/2010, de 11 de janeiro de 2010, vem apresentar suas considerações finais acerca do produto construído através dos trabalhos deste grupo: o Relatório de Gestão 2009.

O Relatório de Gestão é definido pela IN TCU 57/2008, em seu artigo I, inciso IV, como o “*conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial relativos à gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas, organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho desta gestão*”. Sua função principal é, portanto, prestar contas aos órgãos de controle, consequentemente a toda a sociedade, das ações executadas pela Administração Pública.

Considerando que o Relatório de Gestão, no âmbito das Superintendências Regionais do Incra, contém informações relativas às ações de todas as Divisões, tornava-se imprescindível a edição de um normativo pelo Superintendente Regional designando servidores de cada Divisão, além dos técnicos da Assessoria de Planejamento e Controle, para elaboração do referido relatório. Assim, foi editada a ordem de serviço supracitada, criando o atual grupo de trabalho (GT) responsável pela elaboração do relatório.

Grosso modo, podemos assim sintetizar os trabalhos do grupo: os representantes das áreas no GT coletaram as informações de suas respectivas áreas, ficando os técnicos da Assessoria de Planejamento responsáveis por consolidar essas informações.

Elencamos como principais obstáculos do trabalho do grupo: a inexperience de seus componentes na elaboração de relatório de gestão; a ocupação, desde novembro de 2009, do prédio-sede desta Superintendência Regional por parte de movimento de trabalhadores rurais sem-terra; e, principalmente, a falta de cultura organizacional de prestar contas, representada, sobretudo, pela ausência do devido apoio de alguns setores da regional ao atual trabalho.

Sobre o produto final do GT, o Relatório de Gestão 2009, cabe alguns esclarecimentos:

1. Dados extraídos das Divisões na SR, das Diretorias do Incra/Sede, do SIR (Sistema de Informações Rurais) e do SIAFI (Sistema de Administração Financeira) estão entre as principais fontes de informação do relatório.
2. Na ausência da devida prestação de informações por parte das áreas, foi apresentada breve justificativa de tal ausência, identificando, sempre que possível, o setor responsável pela lacuna.

Os registros dos trabalhos do grupo (atas, memorandos etc.) encontram-se sob guarda da Assessoria de Planejamento e Controle desta Superintendência Regional.

Cabe, ainda, agradecimento àquelas áreas que colaboraram com os trabalhos deste grupo, sobretudo, ao apoio fundamental da Diretoria de Gestão Estratégica.

Esperamos, finalmente, com a conclusão deste trabalho, e apesar dos obstáculos acima apresentados, termos contribuído minimamente com o nobre trabalho de controle da correta aplicação dos recursos públicos, tarefa fundamental para a construção de uma sociedade brasileira mais justa.

Artur Eugênio de Araújo Santos
Coordenador do GT-RG09/AL

Fábio Leite Araújo
Membro do GT-RG09/AL

Claudemira Silva de Oliveira
Membro do GT-RG09/AL

Plínio Fabrício Ramalho da Silva
Membro do GT-RG09/AL

Gabriel Silveira Arruda
Membro do GT-RG09/AL

15. Informações Contábeis da Gestão

Divisão de Administração/Setor Contábil desta SR-22, área responsável por prestar a atual informação, não se manifestou a respeito do tema.

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (1547951,9743) , dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha) (2776766,1) multiplicado por 100.	? Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. = <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha)</u>	55,746574
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN- INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício (7), dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) (13) multiplicado por 100.</u>	? Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ? Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	53,846154
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	? Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. ? Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	A Divisão de Ordenamento não apresentou o resultado do índice.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	? Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ? Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	Índice com apenas os valores de benfeitorias 708,64 índice com valores totais 1.861,09
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (4), dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5] (136), no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	? Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ? Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	2,9411765
Índice de Projetos de Assentamento s com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor (146), dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação) (147), multiplicado por 100.</u>	? Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ? Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	99,319728

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].</u>	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	? Número de famílias que tiveram provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ? Quantidade total de famílias assentadas no exercício Sipra.	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	? Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovados pelo INCRA – SIR ? Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados Sipra.	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	? Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ? Número total de famílias assentadas no exercício Sipra.	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	$\frac{(\text{número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício} [11], \text{ no nível de agregação}) \times 100}{100}$	<p>? Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;</p> <p>? Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.</p>	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronovap ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação	<p>? Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR</p>	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica- Conforme disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIPRA. Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.
<u>Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem).</u> [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	<u>Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arqui</u>	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicado por 100.	? Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	? Quantidade de projeto ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos [16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas e PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipr	A Divisão de Desenvolvimento não apresentou o resultado do índice.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação (31) , dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) (90) multiplicado por 100.	? quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	34,44444444
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários (1012) , dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação (90) .	? número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	11,24444444
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	? SIAFI e SICONV	A Divisão de Administração não apresentou o resultado do índice.